



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Recorrido: Edital Pregão Eletrônico nº 060/2018- PROCESSO nº 194/2018 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA OS DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DO FASERV

Recorrente: **EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA** Protocolo 16359/2018,

Apresentou impugnação em 09/10/2018, sob o protocolo nº 16.359/2018 aos termos do edital epigrafado de forma tempestiva, a licitante **EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA** conforme prazos estabelecidos no edital e na forma da lei.

Em síntese, alega a Impugnante que *“a licitação restringe para todos os itens, a participação na presente licitação somente para MICROEMPRESAS E EPPS, pois a impugnante, embora preencha todos os requisitos legais para participar do presente certame, se vê impedida de apresentar sua proposta de preços pela restrição ora imposta e impugnada.”*

E logo após a Pregoeira encaminhou à Procuradoria Geral do Município, para análise e emissão de parecer acerca das alegações do recorrente. Após análise, opinou da seguinte maneira:

Procuradoria Geral do Município

A Procuradoria Geral do Município, atendendo requerimento desta Secretaria Municipal de Saúde, através de fls 22v, para pronunciar-se acerca da impugnação oferecida pela **empresa EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA** no Edital de Pregão eletrônico nº 060/2018, que será realizado no dia 17/10/2018, às 13 horas, do tipo menor preço por lote/item, expedido no processo de Licitação cujo objeto é a registro de preço para aquisição de materiais odontológicos para os diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde e Consultórios Odontológicos do FASERV, vem opinar na forma abaixo.

BREVE RELATÓRIO



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

A empresa EMIGÊ MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA impugnou a destinação exclusiva dos itens relacionados neste edital às MICROEMPRESAS - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP.

PARECER

Não assiste razão ao Impugnante vez que a lei Complementar Federal nº 123/2006, em seu artigo 47 e 48, "a", impõe uma OBRIGAÇÃO à Administração Pública, que deverá realizar processo administrativo destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, como é o caso em questão.

Quanto ao assunto, cumpre transcrever os dizeres do Professor Rafael Carvalho Rezende Oliveira, em sua obra Licitações e Contratos Administrativos, 4ª ed. Editora Método, fls. 121, que:

Não obstante a aparente faculdade, prevista na redação originária dos arts. 47 e 48 da LC 123/2006, na instituição do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte (o art. 47 da LC 123/2006 utilizava a expressão "poderá"), sempre sustentamos que a hipótese seria obrigatoriedade/vinculação por parte da Administração, tendo em vista a necessidade de efetivação das normas constitucionais que impõem o referido tratamento diferenciado em favor daquelas entidades (arts. 146, III, "d", 170, IX, e 179 da CRFB). A obrigatoriedade do tratamento diferenciado, defendida nas edições anteriores desta obra, foi prestigiada na alteração promovida pela LC 147/2014, que utilizou a expressão "deverá", nos arts. 47, caput, e 48, I e III, da LC 123/2006. (grifo nosso)

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina esta AGM pela total improcedência da impugnação.

A Comissão de Pregão, de acordo com o parecer jurídico, com a lei e decisão da Secretária Municipal de Saúde concorda pela improcedência da impugnação do certame licitatório. Comunica-se que, a impugnação recebida, o julgamento da mesma, o parecer da AGM e a Decisão da Secretária de Saúde - Autoridade



Prefeitura Municipal de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão de Pregão

Superior foram juntados aos autos e estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, das 12:00 às 18:00 horas.

Patos de Minas, 10 de outubro de 2018

Débora Gomes de Almeida
Pregoeira